



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

### REQUERIMENTO Nº /2025

(Do Sr. Capitão Alden)

Requer a constituição de Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão de Administração e Serviço Público, e da Comissão de Trabalho, destinado a analisar, debater e propor soluções legislativas sobre a proteção previdenciária dos militares estaduais (policiais e bombeiros) demitidos ou excluídos de suas corporações, mesmo após o cumprimento dos requisitos legais e contributivos ao Sistema de Proteção Social dos Militares.

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a constituição de Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão de Administração e Serviço Público e da Comissão de Trabalho, destinado a analisar, debater e propor soluções legislativas sobre a proteção previdenciária dos militares estaduais (policiais e bombeiros) demitidos ou excluídos de suas corporações, mesmo após o





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

cumprimento dos requisitos legais e contributivos ao Sistema de Proteção Social dos Militares.

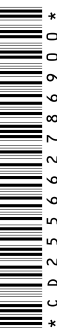
### JUSTIFICAÇÃO

A legislação atual apresenta falhas significativas na proteção previdenciária dos militares estaduais que, mesmo após contribuírem por décadas ao Sistema de Proteção Social dos Militares e cumprirem os requisitos para a inatividade, acabam desligados das corporações sem qualquer direito à percepção de proventos – notadamente em casos de demissão ou exclusão sem dolo.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em levantamento publicado em 2023, mais de 480 mil militares estaduais (policiais e bombeiros) compõem a força ativa do país. Considerando-se seus dependentes, o universo de pessoas diretamente afetadas por lacunas previdenciárias ultrapassa 2 milhões de brasileiros. Ainda de acordo com o IPEA, a ausência de um mecanismo legal de proteção para esses militares contribui para o aumento de vulnerabilidades sociais, especialmente entre famílias de baixa renda.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que a taxa média de afastamento, desligamento e exclusão de policiais militares e bombeiros varia entre 3% e 5% ao ano, o que representa milhares de famílias expostas ao risco de completo desamparo previdenciário.

Além disso, diferentemente dos trabalhadores regidos pela CLT, os militares estaduais não possuem acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), tampouco contam com a possibilidade de





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

resgatar contribuições previdenciárias em caso de desligamento. Essa situação gera uma distorção grave: enquanto civis possuem ao menos a proteção do FGTS e do RGPS, militares excluídos – mesmo após longos anos de contribuição – ficam desprovidos de qualquer salvaguarda financeira.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também tem registrado demandas crescentes relacionadas a ações judiciais de militares buscando o reconhecimento de direitos previdenciários mínimos, evidenciando a insuficiência da atual legislação e o consequente abarrotamento do Judiciário com ações que poderiam ser evitadas por meio de um ajuste normativo.

Trata-se, portanto, de grave omissão legal, que resulta em desamparo não apenas do militar, mas também de seus dependentes, configurando penalização indireta às famílias. Esse vazio normativo colide com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), da valorização do trabalho (art. 7º, caput) e da proteção social (art. 201).

O Grupo de Trabalho a ser instituído pelas Comissões terá como atribuições centrais:

- Realizar audiências públicas com representantes das corporações militares, entidades de classe, juristas, autoridades públicas e familiares afetados;
- Consolidar os principais entraves legais e institucionais que impactam a previdência dos militares excluídos;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

- Apresentar propostas legislativas que garantam a contagem recíproca de tempo de contribuição no RGPS, a preservação de direitos adquiridos e compensações adequadas para a ausência de FGTS no regime militar.

Diante do exposto, fica evidente a urgência e relevância social da matéria. É dever desta Casa avançar em soluções legislativas que corrijam essa distorção histórica, garantindo justiça previdenciária a quem dedicou sua vida ao serviço público e à proteção da sociedade..

Sala das Sessões, em                      de                      de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN

